

Brasil “mau pagador”: estratégias argumentativas na construção social da crise política, econômica e de representação do governo Dilma

Brasil “mau pagador”: estrategias argumentativas en la construcción social de la crisis política, económica y de representación del gobierno de Dilma

Brazil “bad payer”: argumentative strategies in the social construction of the political, economic and representation crisis of the government Dilma

Rejane de Oliveira Pozobon

Doutora pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, RS- Brasil
Contato: rejane.op@terra.com.br

Adriana Domingues Garcia

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, RS – Brasil. Bolsista CAPES
Contato: adrigarciasm@gmail.com

Submetido: 30/08/2016

Aprovado:23/11/2016

Resumo:

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a construção opinativa e opositiva dentro da chamada “crise” do segundo governo da Presidente Dilma Rousseff. Tem como objeto empírico dois artigos, um do Portal Carta Maior e outro do site da Revista Veja, sobre o rebaixamento no grau de investimentos do Brasil pela agência de risco Standard & Poor’s, noticiado pela primeira vez no início de setembro de 2015. Recorre-se aos conceitos de “capital político” (BOURDIEU, 2012) e “crise da representação política” (Innerarity, 2010) para compreensão do cenário político brasileiro atual. Analisa-se quais foram as “estratégias e os recursos argumentativos” (BRETON, 1999) adotados pelos articulistas para enquadrar e reenquadrar o real, comparando, por fim, como se dá a construção argumentativa realizada pelos articulistas. As inferências evidenciam sobreposições paralelas as quais colocam em questionamento a legitimidade do processo construtivo-crítico.

Palavras-chave: Construção opinativa. Representação política. Estratégias argumentativas.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la construcción opinativa y oposicional dentro de la llamada “crisis” del segundo gobierno de la presidenta Dilma Rousseff. Como objetos empíricos dos artículos, uno del Portal Carta Maior y uno del sitio de la revista Veja en la reducción en el grado de inversión de Brasil por la agencia Standard & Poor, reportado por primera vez a principios de septiembre de 2015. Recorre a conceptos de “capital político” (Bourdieu, 2012) y “crisis de representación política” (Innerarity, 2010) para comprender la escena política brasileña actual. Analiza cuáles eran las “estrategias argumentativas y recursos” (Breton, 1999) adoptadas por los escritores para enmarcar y replantear lo real, comparando, finalmente, cómo está la construcción argumentativa llevada a cabo por los autores. Inferencias muestran superposiciones paralelas que ponen en tela de juicio la legitimidad del proceso constructivo-crítico.

Palabras clave: Construcción. opinativa. Representación política. Estrategias argumentativa

Abstract:

This paper have purpose to reflect about opinionated and oppositional construction in the call “slump” of second government of President Dilma Rousseff, wich resulted in her impeachment. Have like empiric object two articles, one in the Carta Maior Gateway and another in the Veja Magazine site, about the debasement in the investment grade of Brasil by risk agency Standard & Poor’s, reported first time in september 2015. Refers to the concepts “political capital” (BOURDIEU, 2012) and “crisis of political representation” (Innerarity, 2010) for understanding the current Brazilian political scene. Analyzes what are the “argumentative strategies and resources” (BRETON, 1999) adopted by articulators of this *communication sites* to frame and reframe the real, comparing, finally, how happen the argumentative construction realized by these articulators. The inferences show parallel overlaps which put into question the legitimacy of the constructive-critical process.

Key words: Opinionated construction. Political representation. Argumentative strategies.

1 No dia 31 de agosto de 2016, o *impeachment* foi definitivamente aprovado no Senado por 61 votos favoráveis e 20 contrários, sob a acusação de crimes de responsabilidade fiscal, porém, Dilma poderá se candidatar para cargos eletivos e também exercer outras funções na administração pública. Esse acontecimento político teve os principais desfechos em: 02/12/2015 – foi aceita a denúncia de crime de responsabilidade devido a “pedaladas fiscais” e aberturas de crédito suplementares sem autorização do Congresso Nacional, além de acusação de negligência da Presidenta sobre as investigações da chamada “Operação Lava Jato”, em que a Polícia Federal desvendou esquemas de corrupção por meio de lavagem e desvio de dinheiro na Petrobrás, envolvendo empreiteiras e políticos; 17/03/2016 – instituída uma Comissão Especial na Câmara de Deputados, que resultou na abertura do processo de *impeachment* com 38 votos a favor e 27 contra; 17/04/2016 – votação do plenário da Câmara de Deputados resultou em 367 votos a favor e 137 contra a continuação do processo de *impeachment*; 12/05/2016 – o plenário do Senado Federal aprovou a instauração do *impeachment* com 55 votos a favor e 22 contra e afastou Dilma Rousseff da presidência por até 180 dias para que ocorresse o julgamento; 12/05/2016 – Michel Temer, vice-presidente, assumiu o cargo de presidente da República, de modo interino e, depois, tomou posse no mesmo dia da votação que afastou Dilma.

2 Com 26 escritórios em todo o mundo e uma história de mais de 150 anos, a Standard & Poor's Ratings Services oferece inteligência de mercado de alta qualidade na forma de ratings de crédito e pesquisas. (STANDARD & POOR'S, 2015).

A construção das “crises” política, econômica e de representação

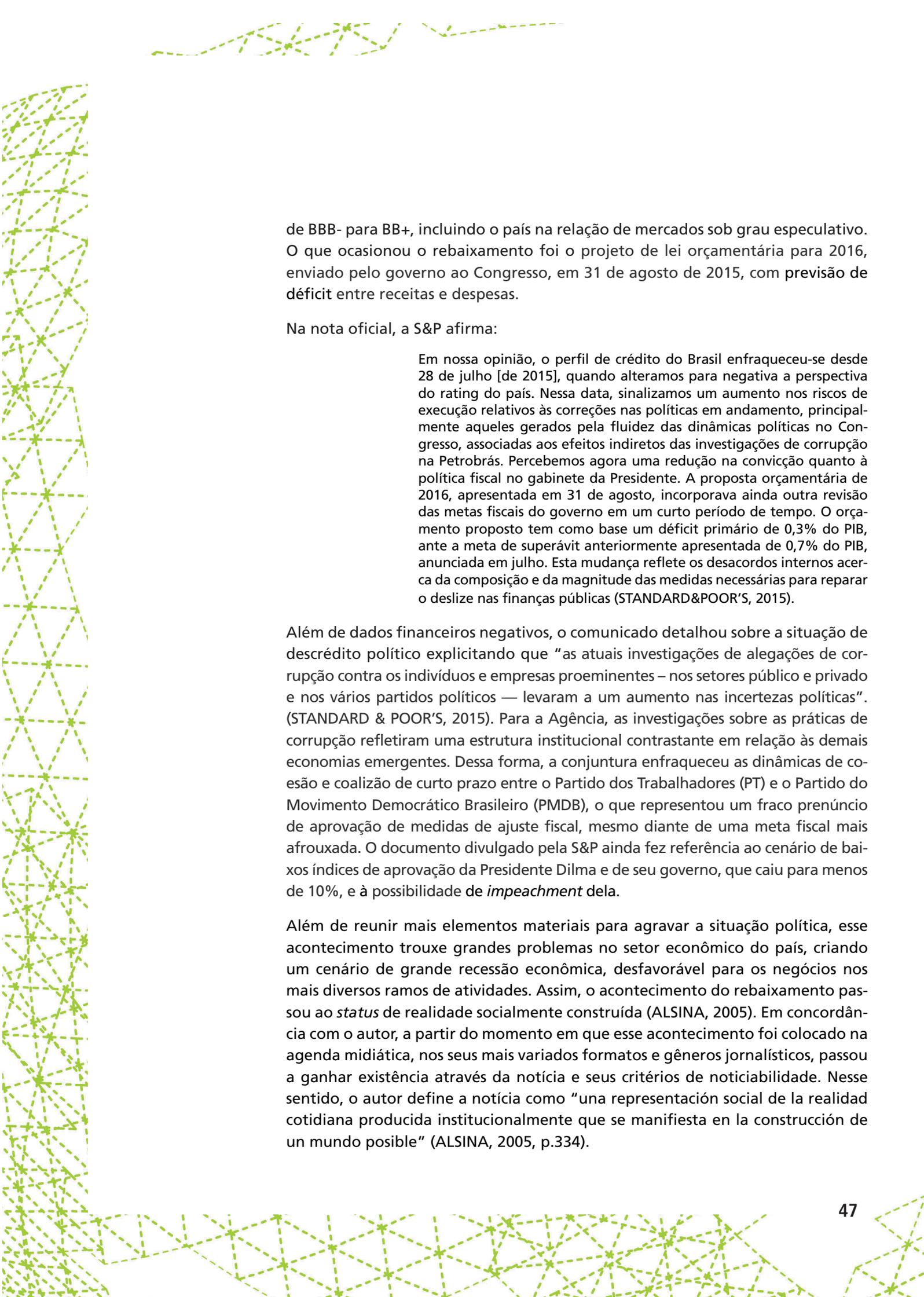
O espaço público não pode ser concebido como algo separado das práticas sociais. A necessidade de uma atuação mais eficaz, coletiva e articulada na relação entre sistema político e atores sociais está de acordo com o que Innearity (2010) trata ao afirmar que com a dinâmica relacionada à privatização dos assuntos públicos e publicização dos assuntos privados, o espaço público vira um cenário de reclamações privadas, sem sentido coletivo, desfiliado, sem vínculos, dentro de uma lógica em que o indivíduo nada deve à sociedade, mas dela tudo exige.

O autor defende que é preciso repensar o espaço público, caso contrário, o poder é entendido como dominação, o estado como instância das regulações sociais e a opinião pública como lugar das manipulações da mídia, devido à comunicação trivializada e sem debates autênticos. Dessa forma, o espaço público perde seu caráter comunicativo e em concordância com Neidhardt (1994, apud INNENARITY, 2010, p. 16), já não é mais o processo em que as opiniões se formam, mas o lugar onde elas simplesmente se tornam públicas.

É nesse contexto, e em concordância com Rodrigues (1997), que o campo midiático adquire característica vicária, pois é nele que o campo político ganha visibilidade e cria a possibilidade de debate social, formando o espaço público com seu *status quo* tão fragmentado e empobrecido. Diante disso, a mídia exerce o papel de reestabelecer os vínculos entre o sistema político, que não tem força de representação, e o espaço público, desconfiado, particularizado e deslumbrado pelo self(ismo).

A partir do segundo semestre de 2015, a agenda midiática brasileira passou a tematizar a “crise política e econômica”, dentro de um contexto de “grande recessão”, vislumbrando uma grande “depressão econômica”, com o visível agravamento do quadro no decorrer do ano seguinte. Isso tudo potencializado por um ambiente pessimista e de incertezas com a possibilidade de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, o que acabou se efetivando no dia 31 de agosto de 2016, quando o mandato dela foi cassado com a votação do Senado, conforme rege a Constituição Federal¹. Nesse cenário, as principais notícias eram produzidas a partir de episódios de investigações do esquema de corrupção da Petrobrás, conhecida midiaticamente como Operação “Lava Jato”; acusação de crimes de irresponsabilidade fiscal e financiamento ilegal de campanha, chamada de “Pedaladas fiscais”; e a investigação de um grande esquema de sonegação fiscal, chamado de Operação “Zelotes”.

Essas acusações e crimes políticos contribuíram para fragilizar a economia do Brasil frente ao mercado internacional, desconfigurando a boa imagem adquirida em 2008, até então, representando uma sólida potência política e financeira. No dia 09 de setembro de 2015, a agência de classificação de risco para investidores Standard & Poor's (S&P)² rebaixou o grau de confiabilidade para investimentos



de BBB- para BB+, incluindo o país na relação de mercados sob grau especulativo. O que ocasionou o rebaixamento foi o projeto de lei orçamentária para 2016, enviado pelo governo ao Congresso, em 31 de agosto de 2015, com previsão de déficit entre receitas e despesas.

Na nota oficial, a S&P afirma:

Em nossa opinião, o perfil de crédito do Brasil enfraqueceu-se desde 28 de julho [de 2015], quando alteramos para negativa a perspectiva do rating do país. Nessa data, sinalizamos um aumento nos riscos de execução relativos às correções nas políticas em andamento, principalmente aqueles gerados pela fluidez das dinâmicas políticas no Congresso, associadas aos efeitos indiretos das investigações de corrupção na Petrobrás. Percebemos agora uma redução na convicção quanto à política fiscal no gabinete da Presidente. A proposta orçamentária de 2016, apresentada em 31 de agosto, incorporava ainda outra revisão das metas fiscais do governo em um curto período de tempo. O orçamento proposto tem como base um déficit primário de 0,3% do PIB, ante a meta de superávit anteriormente apresentada de 0,7% do PIB, anunciada em julho. Esta mudança reflete os desacordos internos acerca da composição e da magnitude das medidas necessárias para reparar o deslize nas finanças públicas (STANDARD&POOR'S, 2015).

Além de dados financeiros negativos, o comunicado detalhou sobre a situação de descrédito político explicitando que “as atuais investigações de alegações de corrupção contra os indivíduos e empresas proeminentes – nos setores público e privado e nos vários partidos políticos — levaram a um aumento nas incertezas políticas”. (STANDARD & POOR'S, 2015). Para a Agência, as investigações sobre as práticas de corrupção refletiram uma estrutura institucional contrastante em relação às demais economias emergentes. Dessa forma, a conjuntura enfraqueceu as dinâmicas de coesão e coalizão de curto prazo entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o que representou um fraco prenúncio de aprovação de medidas de ajuste fiscal, mesmo diante de uma meta fiscal mais afrouxada. O documento divulgado pela S&P ainda fez referência ao cenário de baixos índices de aprovação da Presidente Dilma e de seu governo, que caiu para menos de 10%, e à possibilidade de *impeachment* dela.

Além de reunir mais elementos materiais para agravar a situação política, esse acontecimento trouxe grandes problemas no setor econômico do país, criando um cenário de grande recessão econômica, desfavorável para os negócios nos mais diversos ramos de atividades. Assim, o acontecimento do rebaixamento passou ao *status* de realidade socialmente construída (ALSINA, 2005). Em concordância com o autor, a partir do momento em que esse acontecimento foi colocado na agenda midiática, nos seus mais variados formatos e gêneros jornalísticos, passou a ganhar existência através da notícia e seus critérios de noticiabilidade. Nesse sentido, o autor define a notícia como “una representación social de la realidad cotidiana producida institucionalmente que se manifiesta en la construcción de un mundo posible” (ALSINA, 2005, p.334).



3 Innerarity (2010, p.50) exemplifica com os populismos europeus dos anos 80, em que ao mesmo tempo que pretendia desarticular a sociedade, esperava mais dos movimentos sociais do que das reformas institucionais e buscava a relação direta com o eleitorado, sem mediações falsificadoras. Atualmente esses partidos já perderam força, mas a hipótese do autor é que toda a política tomou algum de seus traços, tanto na direita quanto na esquerda.

As “construções de mundos possíveis” trouxeram, no setor privado, notícias sobre o aumento do custo de vida, de desemprego, diminuição de busca de crédito e baixa nas vendas do comércio e da indústria. Já no setor público, destacavam o desequilíbrio financeiro de um país que gastava mais do que arrecadava em impostos, o aumento recorde da inflação, de combustível e energia elétrica.

Em consequência a esse cenário negativo, surgiram novas demandas sociais que resultaram no que Innerarity (2010) chama de “crise da representação política”, por não ser mais um processo de construção social, pois, hoje, essa virtualidade é posta em questão devido à imediatez do populismo e de identidades, em que o povo, na sua essência de complexidade, é:

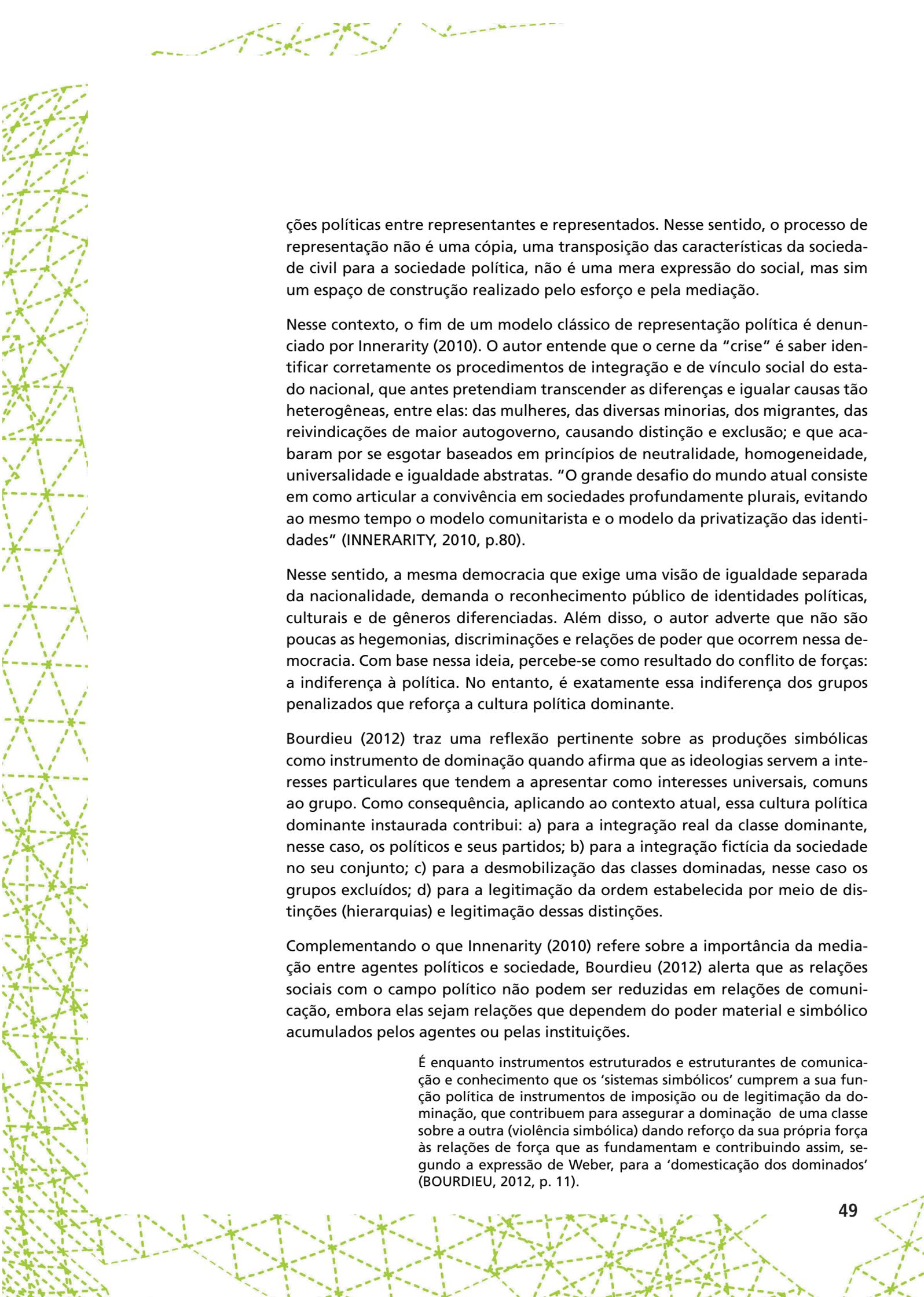
uma realidade nebulosa, uma coisa a elaborar; para isso existe todo esse trabalho da representação, da discussão pública, dos procedimentos institucionais que lhe fixam os contornos ou modificam e trazem em decisões democráticas (INNERARITY, 2010, p. 50).

O autor defende que, habitualmente na retórica política, os interesses do povo configuram-se em elementos imediatos, sem elaboração deliberativa, adquirindo características populistas³. Para ele, hoje, a imediatez desse modelo político constitui uma das tendências das democracias da era da comunicação, tendo em vista o contexto de cidadania de baixa intensidade e de mobilização superficial.

A falta de um modelo político-comunicacional deliberativo na esfera pública faz com que os grupos já saibam previamente onde estão os desacordos e pressupõe que os interesses e as identidades sejam definidos antes da configuração do espaço público, sem a chance de debate, da comunicação argumentativa que caracteriza a tentativa de fornecer alguma justificação ou prova para confirmar o que é dito, os juízos apresentados, ou até mesmo abrir espaço às objeções. O autor alerta que “só nessas condições a política é um âmbito de surpresas e de aprendizagens coletiva. Só desse modo se pode falar de ação e democracia criadora” (INNERARITY, 2010, p. 65). Sendo assim, fundamentalmente, a incerteza do processo deliberativo indica a qualidade dos espaços democráticos.

Outro problema apresentado por Innerarity (2010) é o subcontrato social, que, em analogia ao contrato social das teorias modernas da democracia, consiste em o titular de determinada incumbência representativa delegar a outros, em forma de terceirização (*outsourcing* social), como exemplo, repassar demandas políticas a peritos ou devolvê-las aos próprios cidadãos. Para o autor, isso serve para evidenciar a má consciência com que a política é feita ou para justificar o fato de não se fazer propriamente nada. O mal-estar político não é tanto devido ao que eles fazem, mas ao que deixam de fazer, ou seja, a falta de capacidade criadora e ao caráter reativo.

Segundo o autor, os políticos fazem mal o que ninguém faz melhor que eles. Porém, a questão é conseguir que o façam menos mal ou que façam qualquer coisa; é mudá-los, eleger outros, mas nunca criar uma situação em que não há media-



ções políticas entre representantes e representados. Nesse sentido, o processo de representação não é uma cópia, uma transposição das características da sociedade civil para a sociedade política, não é uma mera expressão do social, mas sim um espaço de construção realizado pelo esforço e pela mediação.

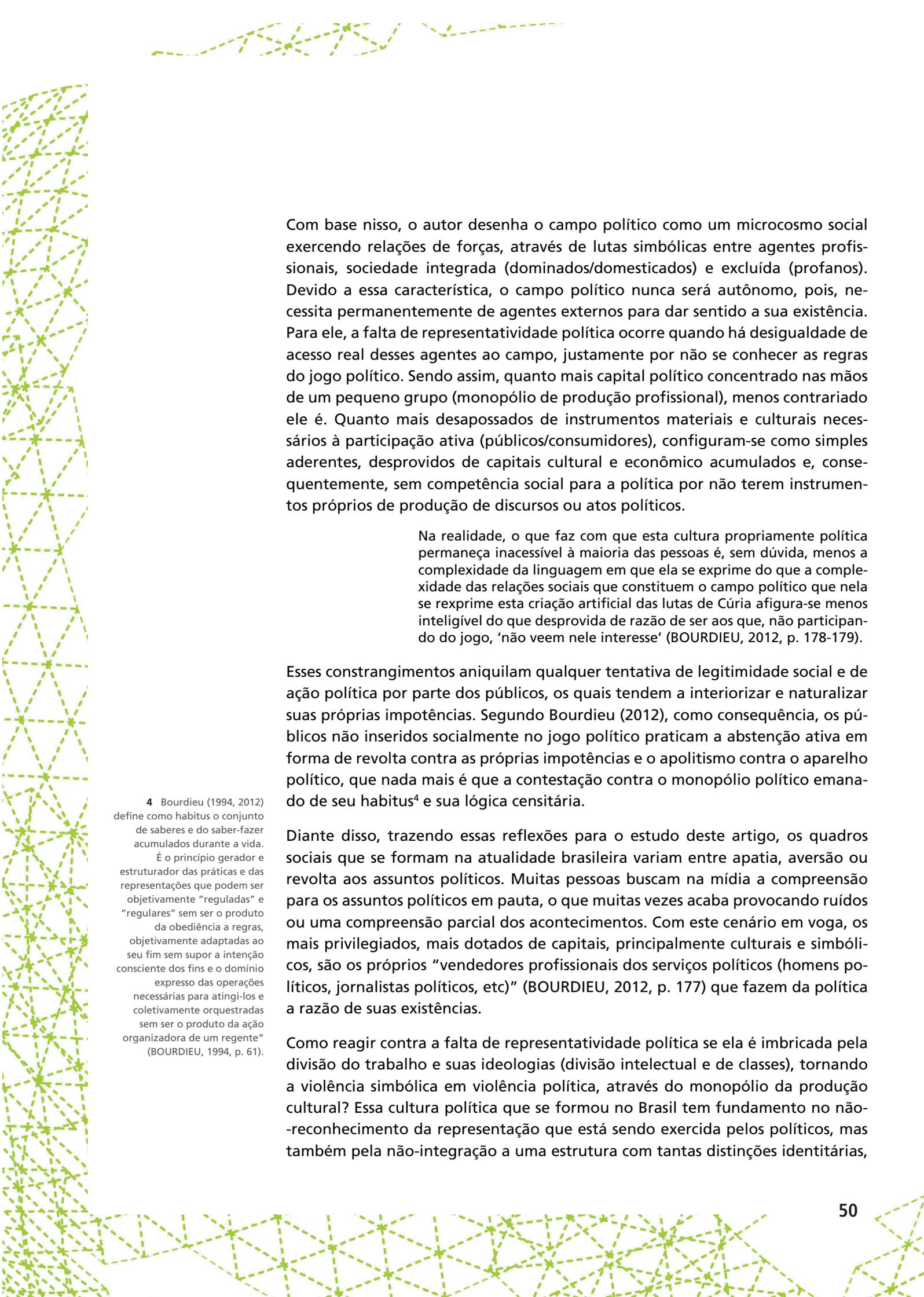
Nesse contexto, o fim de um modelo clássico de representação política é denunciado por Innerarity (2010). O autor entende que o cerne da “crise” é saber identificar corretamente os procedimentos de integração e de vínculo social do estado nacional, que antes pretendiam transcender as diferenças e igualar causas tão heterogêneas, entre elas: das mulheres, das diversas minorias, dos migrantes, das reivindicações de maior autogoverno, causando distinção e exclusão; e que acabaram por se esgotar baseados em princípios de neutralidade, homogeneidade, universalidade e igualdade abstratas. “O grande desafio do mundo atual consiste em como articular a convivência em sociedades profundamente plurais, evitando ao mesmo tempo o modelo comunitarista e o modelo da privatização das identidades” (INNERARITY, 2010, p.80).

Nesse sentido, a mesma democracia que exige uma visão de igualdade separada da nacionalidade, demanda o reconhecimento público de identidades políticas, culturais e de gêneros diferenciadas. Além disso, o autor adverte que não são poucas as hegemônias, discriminações e relações de poder que ocorrem nessa democracia. Com base nessa ideia, percebe-se como resultado do conflito de forças: a indiferença à política. No entanto, é exatamente essa indiferença dos grupos penalizados que reforça a cultura política dominante.

Bourdieu (2012) traz uma reflexão pertinente sobre as produções simbólicas como instrumento de dominação quando afirma que as ideologias servem a interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao grupo. Como consequência, aplicando ao contexto atual, essa cultura política dominante instaurada contribui: a) para a integração real da classe dominante, nesse caso, os políticos e seus partidos; b) para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto; c) para a desmobilização das classes dominadas, nesse caso os grupos excluídos; d) para a legitimação da ordem estabelecida por meio de distinções (hierarquias) e legitimação dessas distinções.

Complementando o que Innerarity (2010) refere sobre a importância da mediação entre agentes políticos e sociedade, Bourdieu (2012) alerta que as relações sociais com o campo político não podem ser reduzidas em relações de comunicação, embora elas sejam relações que dependem do poder material e simbólico acumulados pelos agentes ou pelas instituições.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 2012, p. 11).



Com base nisso, o autor desenha o campo político como um microcosmo social exercendo relações de forças, através de lutas simbólicas entre agentes profissionais, sociedade integrada (dominados/domesticados) e excluída (profanos). Devido a essa característica, o campo político nunca será autônomo, pois, necessita permanentemente de agentes externos para dar sentido a sua existência. Para ele, a falta de representatividade política ocorre quando há desigualdade de acesso real desses agentes ao campo, justamente por não se conhecer as regras do jogo político. Sendo assim, quanto mais capital político concentrado nas mãos de um pequeno grupo (monopólio de produção profissional), menos contrariado ele é. Quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa (públicos/consumidores), configuram-se como simples aderentes, desprovidos de capitais cultural e econômico acumulados e, conseqüentemente, sem competência social para a política por não terem instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos.

Na realidade, o que faz com que esta cultura propriamente política permaneça inacessível à maioria das pessoas é, sem dúvida, menos a complexidade da linguagem em que ela se exprime do que a complexidade das relações sociais que constituem o campo político que nela se reexprime esta criação artificial das lutas de Cúria afigura-se menos inteligível do que desprovida de razão de ser aos que, não participando do jogo, 'não veem nele interesse' (BOURDIEU, 2012, p. 178-179).

Esses constrangimentos aniquilam qualquer tentativa de legitimidade social e de ação política por parte dos públicos, os quais tendem a interiorizar e naturalizar suas próprias impotências. Segundo Bourdieu (2012), como consequência, os públicos não inseridos socialmente no jogo político praticam a abstenção ativa em forma de revolta contra as próprias impotências e o apolitismo contra o aparelho político, que nada mais é que a contestação contra o monopólio político emana do de seu habitus⁴ e sua lógica censitária.

Diante disso, trazendo essas reflexões para o estudo deste artigo, os quadros sociais que se formam na atualidade brasileira variam entre apatia, aversão ou revolta aos assuntos políticos. Muitas pessoas buscam na mídia a compreensão para os assuntos políticos em pauta, o que muitas vezes acaba provocando ruídos ou uma compreensão parcial dos acontecimentos. Com este cenário em voga, os mais privilegiados, mais dotados de capitais, principalmente culturais e simbólicos, são os próprios "vendedores profissionais dos serviços políticos (homens políticos, jornalistas políticos, etc)" (BOURDIEU, 2012, p. 177) que fazem da política a razão de suas existências.

Como reagir contra a falta de representatividade política se ela é imbricada pela divisão do trabalho e suas ideologias (divisão intelectual e de classes), tornando a violência simbólica em violência política, através do monopólio da produção cultural? Essa cultura política que se formou no Brasil tem fundamento no não-reconhecimento da representação que está sendo exercida pelos políticos, mas também pela não-integração a uma estrutura com tantas distinções identitárias,

4 Bourdieu (1994, 2012) define como habitus o conjunto de saberes e do saber-fazer acumulados durante a vida. É o princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente" (BOURDIEU, 1994, p. 61).

5 Melo (2003) conceitua artigo como um gênero específico, uma forma de expressão verbal. Uma matéria jornalística de temporalidade atual, onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião com finalidades doutrinária ou científica.

6 Autointitula-se um veículo “de esquerda”, fundado em 2001, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Tem por objetivo a democratização da mídia na América Latina, além de oferecer ao leitor, alinhado aos seus ideais, uma “análise jornalística crítica de fatos e movimentos ignorados ou distorcidos pela chamada grande mídia” (CARTA MAIOR, 2016).

7 Fundada em 1968, a Revista Veja tem como princípio “Informar, esclarecer e entreter o leitor, elevando seu nível de compreensão dos fatos, das tendências que sejam relevantes para a sua vida pessoal, profissional e sua compreensão do mundo” (REVISTA VEJA, 2016). Adotou vários recursos para ampliar a sua audiência. Segundo a Revista, somando os leitores de todas as plataformas impressas e digitais são mais de 20 milhões de pessoas que têm acesso aos seus conteúdos. Benetti (2007) afirma que Veja não se enquadra nos gêneros tradicionais de texto jornalístico, notadamente na distinção entre jornalismo informativo e opinativo. Embora carregado de informação, seu texto é fortemente permeado pela opinião, construída principalmente por meio de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem.

ideológicas e econômicas, causadoras da desarticulação do espaço público. Como resultante disso, a relação entre espaço público e espaço simbólico fica altamente fragilizada pela não capacidade de lidar com as diferenças e desigualdades da estrutura social, desvalorizando o capital simbólico do campo político.

Percorso metodológico: a categorização dos argumentos

A técnica de análise está fundamentada na teoria de argumentação (BRETON, 1999) para, assim, viabilizar um estudo que priorize as características do sujeito enunciatório-crítico que tem como pretensão o convencimento e adesão do público à opinião defendida, o que aqui é fundamental considerar devido ao gênero jornalístico do material empírico estar classificado em artigo⁵. O modelo teórico-metodológico da análise argumentativa atende ao objetivo de examinar como se dá a argumentação dos atores e, mais precisamente, o nível do “conteúdo do argumento” e do “molde argumentativo” (p. 61) que dá forma às opiniões defendidas pelos articulistas. Além disso, possibilita verificar as estratégias argumentativas de dois articulistas em situações de fala antagônicas: o primeiro no Portal Carta Maior⁶ e o segundo no site da Revista Veja⁷, com linhas editoriais distintas e representações sociais opostas através do “acordo prévio” e do “vínculo com o acordo obtido”.

Segundo Breton (1999), argumentar é uma relação de comunicação entre a opinião e o argumento do orador com o contexto de recepção do auditório. O convencimento precisa ser conquistado através de raciocínio e dentro de uma postura ética, pois não acontece a qualquer preço, devendo ocorrer em um debate democrático. Essa ideia supõe uma ruptura com a retórica clássica por não privilegiar os recursos de manipulação e poder.

Nessa visão, operacionaliza-se o conceito de argumentação a partir das categorias de análise apresentadas por Breton (1999) para o enquadramento e reenquadramento do real: a) “Afirmção pela autoridade” – a autoridade é baseada em um saber que pode ganhar a confiança do auditório. Os raciocínios empregados nessa categoria se sustentam na competência, na experiência e no testemunho do orador; b) “Valores e pontos de vista” - apelo a pressupostos comuns, formando uma comunidade argumentativa vinculada por: opiniões comumente aceitas, compartilhamento dos mesmos pontos de referência, valores essenciais e normas sociais; c) “Reenquadramento do real” – apresenta uma novidade, um deslocamento que tenta fazer enxergar com outros olhos determinada situação através da definição de um quadro de referência, descrevendo e apresentando fatos, associando a novos contextos e dissociando de noções universais.

A partir dessas categorias de análise, verifica-se, de modo comparativo, como os articulistas de duas revistas antagonistas no cenário midiático abordaram o tema

do rebaixamento do Brasil no ranking de países confiáveis para investimentos, o qual já havia sido noticiado em determinadas perspectivas pela mídia com o termo “Brasil mau pagador”. Além disso, infere-se quais os acordos prévios e estratégias argumentativas foram utilizados pelos articulistas para convencer o auditório de suas respectivas opiniões.

Estratégias argumentativas para a construção midiática do Brasil “mau pagador”

O *corpus* de análise é composto por dois artigos. O artigo 1 foi publicado no dia 10 de setembro de 2015 – um dia depois do comunicado de rebaixamento da S&P, no site da Revista Veja, na seção do Blog do jornalista político Reinaldo Azevedo⁸, intitulado: “Selo de mau pagador: a culpa é do PT não do Congresso”⁹. Esse artigo teve 197 comentários, considerado um número expressivo de participação explícita do internauta. Já o número de compartilhamentos nas redes sociais digitais não é evidenciado pelo Blog, porém há o recurso de compartilhamento direto em Facebook, Twitter, G+, e e-mail.

⁸ Reinaldo Azevedo, nascido em 1961, formou-se em jornalismo pela Faculdade Metodista de São Paulo e frequentou o curso de Letras da Universidade de São Paulo. Atualmente possui uma postura política e crítica conservadora. Segundo ele próprio declara, se identifica com a direita liberal e democrática. No entanto, foi militante esquerdista na sua juventude, passando, depois de adulto a um crítico do comunismo e das ideias socialistas.

⁹ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/selo-de-mau-pagador-a-culpa-e-do-pt-nao-do-congresso/>. Acesso em: 10 de set. 2015.

ARTIGO 1 - ENQUADRAMENTO DO REAL	
CATEGORIAS	DINÂMICA ARGUMENTATIVA
AUTORIDADE	Reinaldo Azevedo (R.A.) tem a competência de falar do assunto por ser especialista na área de jornalismo político, entretanto, na sua construção argumentativa, inicia, de modo direto, convocando autoridades exteriores: “ <i>Tanto o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), como o do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmaram que o congresso não é culpado pelo rebaixamento do Brasil</i> ”.
VALORES E PONTO DE VISTA	R.A. destaca um valor comum que foi “cassado” do Brasil: o “selo de bom pagador”. Ele defende o ponto de vista de que a culpa disso não é do Congresso e sim do PT, pois, o Orçamento de 2016 contém déficit em decorrência de más ações do governo do PT. “ <i>A culpa pelo fato de o Brasil ter perdido o selo de bom pagador está com aqueles que, ao constatar a falência de um modelo, resolveram lhe dar sobrevida aumentando ainda mais as despesas e tomando medidas que fizeram cair a receita</i> ”.

ARTIGO 1 - ENQUADRAMENTO DO REAL

CATEGORIAS	DINÂMICA ARGUMENTATIVA
<p>REENQUADRAMENTO</p>	<p>A definição proposta por R.A. reenquadra o problema do déficit orçamentário de 2016 em um ângulo que responsabiliza o Executivo federal. A argumentação descritiva traz à lembrança, de maneira provocativa, os prováveis motivos que levaram ao desequilíbrio financeiro do Brasil: <i>“Quem decidiu baixar os juros na porrada para incentivar o consumo quando a inflação já estava substancialmente acima do centro da meta? Quem decidiu fazer uma política agressiva de desonerações, o que levou a queda de receita? Quem, para citar um caso, torrou, só em 2014, quase 14 bilhões com o programa Fies, valor correspondente o que se havia consumido na área em quatro anos? Afinal, Dilma precisava vencer as eleições, não é isso? E segundo Lula, mais vale a assistência social do que investimento em infraestrutura - como se fossem coisas opostas ou permutáveis”.</i></p> <p>O argumento de nomeação é identificado quando R.A. dá um novo nome ao rebaixamento do Brasil pela Agência S&P: <i>“selo de mau pagador”</i>, amplificando a questão da posição do país que passou do grau confiável para o especulativo.</p> <p>Através da expolição, R.A. apresenta várias ideias diferentes, mas congruentes, e associa em coerência com o ponto de vista.</p> <p>O título do artigo é supostamente justificado por meio da ponderação e da recapitulação descritiva de uma entrevista realizada pelo jornalista William Waack, no Jornal da Globo, ao Ministro da Fazenda Joaquim Levy: <i>“Levy sugeriu que o sistema de gastos que aí está foi aprovado pelo Congresso. É em parte sim. Mas o comando sempre esteve com o Poder Executivo. E ele sabe disso”.</i></p> <p>A dissociação ocorre na quebra da noção consensual de que o Congresso tem responsabilidade sobre a atual situação econômica do Brasil: <i>“Sem essa! O Brasil quebrou, e o Congresso não tem culpa. O culpado é o PT”.</i></p>
<p>VÍNCULOS</p>	<p>O enquadramento construído por R.A. está vinculado à opinião dele através da dedução e da cadeia contínua entre elementos que possuem relação de causa e efeito.</p> <p><i>“Quem, ao longo de pelo menos 11 dos 12 anos e meio de governo, contou com uma maioria avassaladora no Congresso? Quem poderia, nesse tempo, ter encaminhado reformas estruturais, para compatibilizar, então o que se chamou redistribuição de renda – que a rigor, nunca chegou a ser – com o crescimento necessário da economia, que suportaria, ele sim, as pressões inflacionárias próprias da entrada de um novo contingente no mercado consumidor? Onde estavam os planejadores petistas nesse tempo?”.</i></p>

10 José Carlos de Assis é economista, doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor de Economia Internacional na Universidade Estadual da Paraíba e possui uma vasta produção intelectual na área de economia política. Entre eles, livros de jornalismo investigativo que desvendaram esquemas de corrupção durante a ditadura militar no Brasil.

11 De acordo com o a apresentação do Portal, Carta Maior é uma publicação eletrônica multimídia fundada junto à primeira edição do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001, em Porto Alegre. Os princípios editoriais estão alinhados com os ideais esquerdistas de contribuir para desenvolver um sistema de mídia democrática no Brasil e trabalhar pela democratização do Estado brasileiro, pelo fortalecimento da integração sul-americana e de todos os movimentos que lutam pela construção de uma globalização solidária.

12 Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Midia/e-a-Globo-que-da-ao-Brasil-uma-nota-de-mau-pagador/12/34465>. Acesso em: 11 de set. 2015.

O segundo artigo é de autoria do economista José Carlos de Assis¹⁰ (J.C.A) e está publicado no Portal Carta Maior¹¹, com data de publicação em 11 de setembro de 2015 – dois dias depois do comunicado da S&P, intitulado: **“É a Globo que dá ao Brasil uma nota de mau pagador”**¹². Esse artigo teve 9.200 compartilhamentos no Facebook, 60 replicações no Twitter e nenhuma recomendação no G+. Essas distribuições visíveis nas redes sociais digitais também foram consideradas para a seleção do *corpus*.

ARTIGO 2 - ENQUADRAMENTO DO REAL

CATEGORIAS	DINÂMICA ARGUMENTATIVA
AUTORIDADE	J.C.A possui a competência e a experiência de um economista e professor doutor na área de economia política. Além disso, atuou na publicação de desvendamentos de casos de corrupção no período da ditadura militar, resultando em um Prêmio Esso de Jornalismo.
VALORES E PONTO DE VISTA	J.C.A. defende o ponto de vista de que a <i>“Velha Mídia”</i> , sobretudo a TV Globo e seus jornalistas, como exemplo, William Bonner, <i>“vomitam patifarias ideológicas”</i> e que isso esconde inúmeros interesses. O valor comum destacado está no campo abstrato da busca pela prudência, afirmando que o emprego do termo <i>“mau pagador”</i> foi um <i>“absoluto nonsense”</i> , ou seja, um contrassenso já que <i>“... como se pode dar atestado de mau pagador antes que se saiba que a empresa ou país pagaram suas obrigações? Seria um atestado de não pagamento futuro?”</i> .

ARTIGO 2 - ENQUADRAMENTO DO REAL

CATEGORIAS	DINÂMICA ARGUMENTATIVA
REENQUADRAMENTO	<p>A novidade apresentada no reenquadramento do real construído por J.C.A. é definida pela ideia de que as notas emitidas pelas agências de risco possuem históricos “arbitrários”. O articulista relembra um exemplo para comprovar uma possível falta de critérios das agências de risco: <i>“Se tivesse um mínimo de cientificidade não teria havido o desastre de 2008, no qual todas as agências de risco – rigorosamente, todas – haviam dado nota de bom pagador AAA a empresas, bancos e títulos que, por suas fraudes, quase destruíram o sistema financeiro mundial”</i>.</p> <p>J.C.A. utiliza o argumento de qualificação como forma de suposta justificação: <i>“Temos reservas internacionais de quase 400 bilhões de dólares”</i>. Ele pondera que: <i>“...por erros acumulados na política cambial do passado, e sobretudo por causa da estúpida taxa de juros, temos também muitas dívidas externas de curto prazo. Contudo o balanço ainda nos é favorável. E não precisamos, para isso, nota de bom pagador de agências de risco”</i>.</p> <p>A expolição do argumento é apresentada no fechamento do artigo, quando o articulista reforça a ideia de que a “Velha Mídia” dá importância às agências porque elas funcionam como a vanguarda dos interesses financeiros e são os interesses financeiros que dão sustentabilidade aos veículos de comunicação.</p> <p>Para concluir, J.C.A. associa mais elementos à ideia inicial que há interesses obscuros nesse episódio comunicacional: <i>“No caso atual, a agência está dando um sinal de que o Governo brasileiro mantenha taxas de juros básicas extorsivas e estrangule o orçamento público para tapar o déficit primário, irrisório em relação ao orçamento todo, o qual, caso mantido, não traria qualquer consequência negativa para a economia real”</i>.</p>
VÍNCULOS	<p>O vínculo criado entre o enquadramento do real e a opinião do autor é feito através do recurso argumentativo que Breton (1999) chama de demonstração quase lógica, pois, o articulista emprega o raciocínio baseado em uma dedução que supõe que algo poderá se repetir, porém com resultados inversos.</p> <p>O ponto central do raciocínio do articulista está na ideia de que, em 2008, o Brasil ganhou a nota AAA de “bom pagador” de todas as agências e, mesmo assim, ocorreram fraudes no mercado brasileiro que quase destruíram o sistema financeiro mundial. Diante disso, a nota de “mau pagador” dessas mesmas agências, em 2015, é relativa e sua imposição é improvável já que eles mesmos admitem: <i>“O que fizemos foi dar nossa opinião, mais nada”</i>.</p>

Inferências comparativas

No artigo 1, o fato do orador 1, Reinaldo Azevedo, ser um assumido opositor do Partido dos Trabalhadores (PT) e também devido a seu artigo estar dentro do site da Revista Veja, o enquadramento do real prevê um acordo com o auditório de que serão usados argumentos para desqualificar o governo de Dilma Rousseff. Apesar do jornalista ter a competência e até a experiência, ele evoca duas autoridades para sustentar seu ponto de vista. Já no artigo 2, o economista José Carlos de Assis não utiliza nenhuma autoridade além dele próprio, como especialista que busca inspirar confiança através de seu currículo e experiência no campo da economia política. Devido ao local onde se encontra o artigo 2 ser o Portal Carta Maior, evidencia-se que o conteúdo da crítica será em defesa dos ideais esquerdistas, o que prevê um acordo com o contexto da recepção de que será feita uma crítica contra os conservadores direitistas.

No artigo 1, o ponto de partida da crítica é o rebaixamento do grau de investimento do Brasil devido ao déficit orçamentário de 2016. A nomenclatura de "mau pagador" foi um termo criado e utilizado pela grande mídia para quem sabe tornar mais compreensível a informação aos públicos. No entanto, o que o Reinaldo Azevedo pretende é convencer o auditório que toda a "culpa" é do governo petista, eximindo a responsabilidade do Congresso federal, que foi quem aprovou o orçamento deficitário. Ele se apropria do termo midiático e cria uma teia argumentativa bastante diversificada, pois, a categoria reenquadramento do real se sobressai e são utilizados praticamente todos os recursos argumentativos categorizados por Breton (1999), são eles: definição, descrição, qualificação, nomeação, amplificação, expolição, associação e dissociação. É essa variedade que pode garantir a consistência e coerência do artigo, além de formar a unidade da comunidade argumentativa.

No reenquadramento do real construído pelo articulista 1, o sentido de rebaixamento de investimentos ganha a ressignificação pejorativa *ipsis litteris* de "mau pagador", a qual, na sociedade atual, está normatizada como: aquele que não paga as contas, que gasta mais do que ganha, independente do motivo. Em oposição a essa ideia, o articulista 2 é claro e direto ao acusar a Velha Mídia, em especial a TV Globo, de ter desempenhado uma postura leviana ao adotar tal nomenclatura, além disso, segundo suas próprias palavras, esse comportamento está travestido de interesses financeiros, porém, ele não esclarece essa ideia.

No artigo 2, os recursos argumentativos para reenquadrar o real são mais restritos, começando pela definição de um quadro de referência, inclusive trazendo à lembrança e descrevendo um caso que pode gerar desconfiança no auditório em relação às agências de risco. Valendo-se de sua autoridade, o articulista apresenta uma informação que qualifica e busca uma possível justificação do seu argumento com a ideia de que o Brasil tem reservas financeiras e, por isso, as consequências ainda seriam favoráveis para o país.



O vínculo com o acordo obtido no artigo 1 está baseado na ideia central de que o governo do PT gastou além do que podia, estrategicamente, para ganhar votos na segunda eleição da presidenta Dilma. Logo, ele é culpado pelo “selo de mau pagador” que o Brasil recebeu da S&P. Porém, Reinaldo Azevedo deduz, em sua formulação de causa e efeito, que o Congresso não tem responsabilidade no rebaixamento do país, mesmo tendo aprovado o Orçamento de 2016 que foi apresentado pelo Executivo.

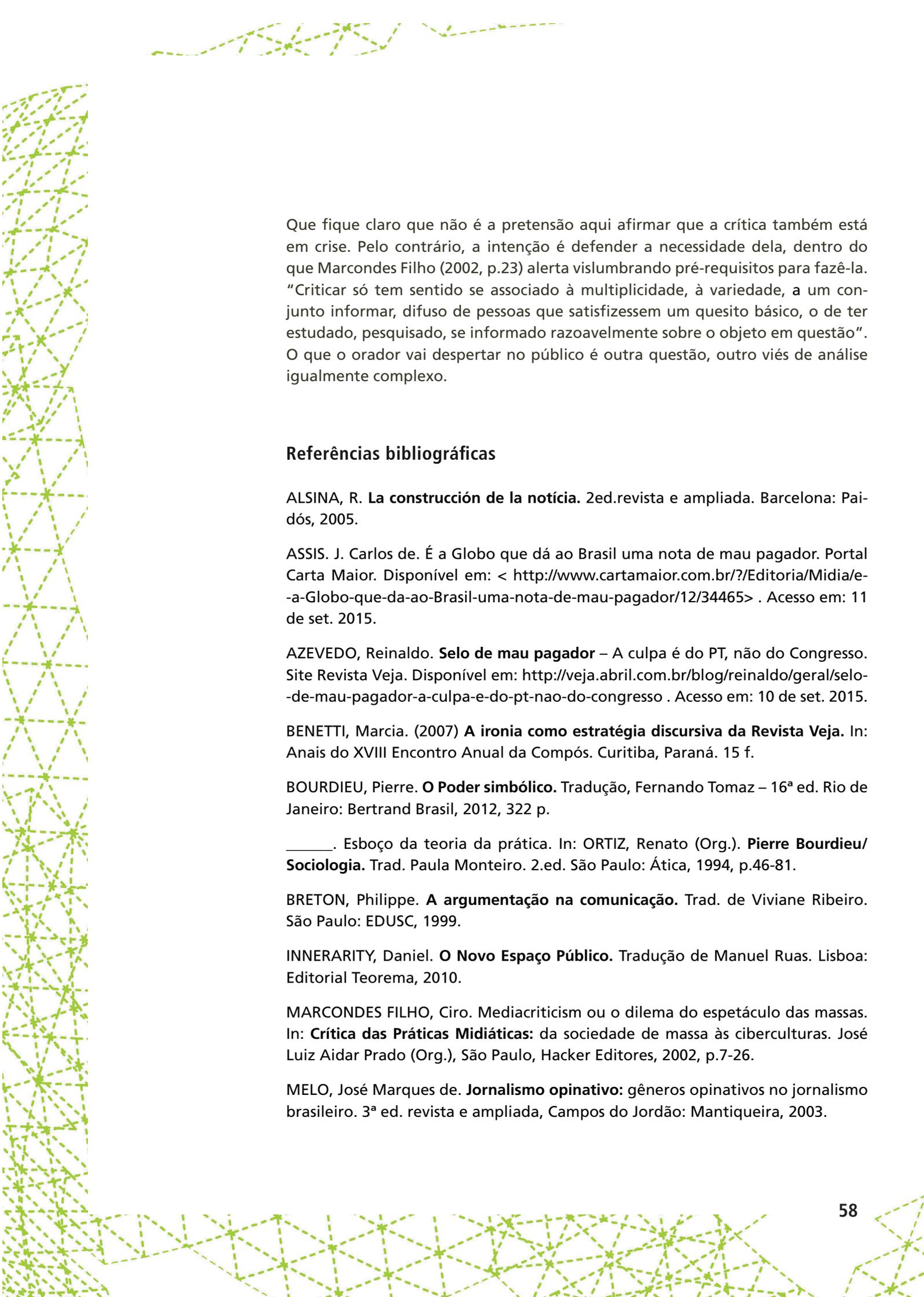
Já o vínculo no artigo 2 apresenta uma construção argumentativa dedutiva quase lógica que diz que: o Brasil sofreu um rebaixamento na confiabilidade de investimento financeiro por uma agência de risco que possui critérios de avaliação questionáveis. Sendo que a nota oficial publicada por essa agência foi transformada em atestado de futuro mau pagador pela Globo, esta, por sua vez, sustentada por interesses financeiros. Logo, com uma avaliação duvidosa e suscetível a subjetividades, a agência quer induzir que o setor privado sofra com taxas de juros extorsivas e o setor público com grandes cortes no orçamento.

Considerações finais

Argumentar é um processo complexo que requer estratégia, conhecimento e competência por parte do orador e que resulta na diferença entre as opiniões de quem fala e de quem escuta, ou de quem escreve e de quem lê. O verdadeiro debate público acontece somente depois da reflexão que ocorre a partir desse primeiro contato com os argumentos. Assim, o jogo de forças de Bourdieu, dotado de violência simbólica dá lugar ao embate agonístico, dotado de subsídios para a emancipação dos sujeitos.

A construção social das chamadas crises política e econômica brasileira divide-se em etapas de enquadramentos, pois está sobreposta por processos paralelos como os de construção crítica, através de acordos prévios, reenquadramentos e vínculos, acionados pelos formadores de opinião. É nesse ambiente que se constroem os sentidos sobre essa realidade.

No entanto, no contexto atual, a função desses especialistas de crítica é questionável, já que eles ocupam o lugar de reforçadores de opinião, tendo em vista que o auditório, na sua maioria, é formado por quem simpatiza com suas ideias e certamente já possui um acordo prévio de adesão a elas. Os demais, os “profanos” que não se deixam tocar pelas palavras, já se autoexcluíram do processo dentro da dinâmica de uma outra crise: a da representação política. Assim, forma-se um espaço público de comunidades argumentativas que interagem somente entre si, para falarem de suas ideologias e valores em comum, reafirmarem suas convicções e (com)partilharem repetições.



Que fique claro que não é a pretensão aqui afirmar que a crítica também está em crise. Pelo contrário, a intenção é defender a necessidade dela, dentro do que Marcondes Filho (2002, p.23) alerta vislumbrando pré-requisitos para fazê-la. “Crítico só tem sentido se associado à multiplicidade, à variedade, a um conjunto informar, difuso de pessoas que satisfizessem um quesito básico, o de ter estudado, pesquisado, se informado razoavelmente sobre o objeto em questão”. O que o orador vai despertar no público é outra questão, outro viés de análise igualmente complexo.

Referências bibliográficas

ALSINA, R. **La construcción de la noticia**. 2ed.revista e ampliada. Barcelona: Paidós, 2005.

ASSIS, J. Carlos de. É a Globo que dá ao Brasil uma nota de mau pagador. Portal Carta Maior. Disponível em: < <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/e-a-Globo-que-da-ao-Brasil-uma-nota-de-mau-pagador/12/34465>> . Acesso em: 11 de set. 2015.

AZEVEDO, Reinaldo. **Selo de mau pagador** – A culpa é do PT, não do Congresso. Site Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/selo-de-mau-pagador-a-culpa-e-do-pt-nao-do-congresso> . Acesso em: 10 de set. 2015.

BENETTI, Marcia. (2007) **A ironia como estratégia discursiva da Revista Veja**. In: Anais do XVIII Encontro Anual da Compós. Curitiba, Paraná. 15 f.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Tradução, Fernando Tomaz – 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 322 p.

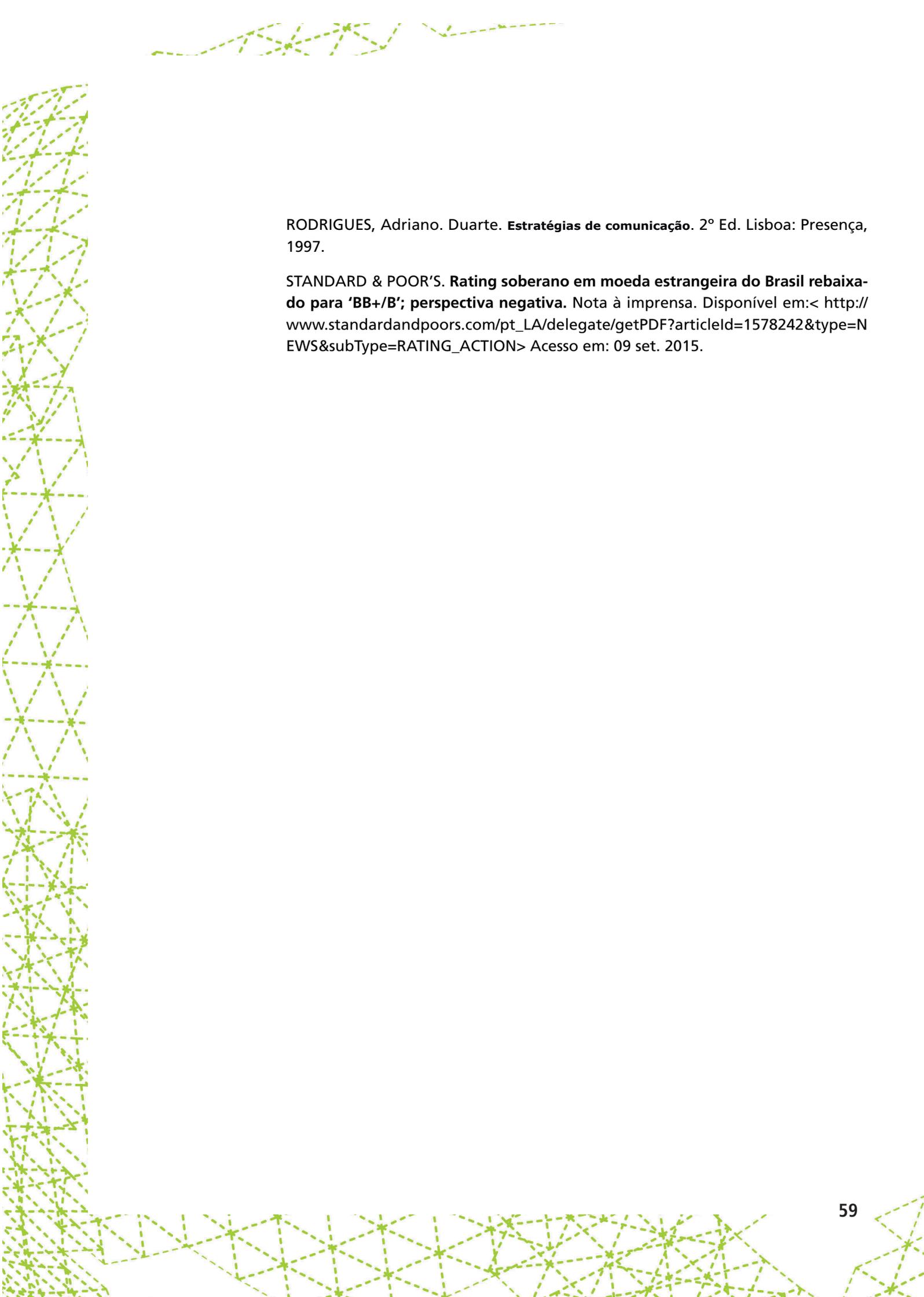
_____. Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu/ Sociologia**. Trad. Paula Monteiro. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994, p.46-81.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Trad. de Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 1999.

INNERARITY, Daniel. **O Novo Espaço Público**. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Teorema, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. Mediacriticism ou o dilema do espetáculo das massas. In: **Crítica das Práticas Midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. José Luiz Aida Prado (Org.), São Paulo, Hacker Editores, 2002, p.7-26.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. revista e ampliada, Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.



RODRIGUES, Adriano. Duarte. **Estratégias de comunicação**. 2º Ed. Lisboa: Presença, 1997.

STANDARD & POOR'S. **Rating soberano em moeda estrangeira do Brasil rebaixado para 'BB+/B'; perspectiva negativa**. Nota à imprensa. Disponível em:< http://www.standardandpoors.com/pt_LA/delegate/getPDF?articleId=1578242&type=NEWS&subType=RATING_ACTION> Acesso em: 09 set. 2015.